

28 DEZ 1979

ECONOMIA/PORTOS E NAVIOS — 1

JORNAL DO Povo

Sarney acha Brizola incoerente ao propor estatização de bancos

Brasília — "Acho uma profunda incoerência que se pregue a extinção da liberdade econômica e, ao mesmo tempo, se deseje a liberdade política", afirmou ontem o Senador José Sarney, ao comentar a proposta do Sr Leonel Brizola de nacionalização do sistema financeiro. Segundo o Sr Sarney, "o Estado deve limitar sua intervenção aos setores necessários à segurança e àqueles vácuos em que a iniciativa privada não tenha condições de participar e que sejam essenciais ao desenvolvimento econômico."

"O primeiro dever do verdadeiro democrata — prosseguiu o Senador — é realmente compreender a democracia como o sistema da liberdade de todos e não da liberdade de grupos, classes ou privilegiados". Isso não significa, a seu ver, que "o Estado abdique de sua função de regular e arbitrar os conflitos da sociedade democrática. Esse é um tema, sem dúvida, que nós não poderemos aceitar, um vez que, a partir daí, teremos a nacionalização da economia, o que extingue o poder da iniciativa".

O Estado, para o Senador José Sarney, "deve fiscalizar e policiar o setor financeiro, ditando-lhe normas e até mesmo controlando as taxas de juros, mas nunca deve tornar-se o grande empresário, porque isso significaria a aceleração do estatismo que, no Brasil, já atingiu seu nível de saturação. Ninguém poderia pensar que num país em que todo o setor econômico-financeiro fosse controlado pelo Estado a liberação pudesse sobreviver".

DEFASADO

No Rio, o presidente do Banco Central, Ernane Galvêas, disse que "o sr Leonel Brizola está defasado no tempo. As distorções apontadas já foram corrigidas pelo Banco Central com a redução das taxas de aplicação e a disciplina do mercado aberto. E a sua proposta só tem sentido onde se pretende eliminar a livre iniciativa, que é a melhor garantia da democracia."

Para o presidente da Federação Nacional de Bancos, professor Theophilo de Azeredo Santos, "é modismo — e o nosso país é palco permanente para frases feitas e de motivação po-

lítica suspeita — a assertiva segundo a qual os bancos comerciais não contribuem para aumentar a nossa riqueza global, pois para tais políticos", frisou, "o capital financeiro caracteriza-se pelo não investimento direto na criação de bens".

Assinalou o presidente da Fenaban que "o erro dessa afirmativa decorre do fato de não se considerar a interdependência entre os vários setores da economia (comércio, indústria, agricultura e serviços), representando, assim, visão míope ou deformada da realidade". Acrescentou que "merece destaque o fato de que muitos desses negativistas fingem desconhecer o papel da divisão social do trabalho, do que resulta ganhos de produtividade."

Já o diretor do Bamerindus, Roberto Coutinho de Gouvêa, comentou que "o sr Leonel Brizola não saiu da Central do Brasil", referindo-se ao comício de 13 de março de 1964, quando defendeu a nacionalização da economia brasileira. "O centralismo que ele deseja para o sistema financeiro só é possível na União Soviética e nos países socialistas, sendo totalmente inviável com o regime de livre empresa que defendemos para o Brasil como forma de assegurar a democracia", disse.

Já o presidente do Sindicato dos Bancários, Ivan Martins, — que ontem reassumiu o cargo, depois de 104 dias em que a entidade esteve sob intervenção — se disse "perfeitamente de acordo com a proposta do Sr Leonel Brizola. Sua argumentação em favor da estatização de todo o sistema financeiro é justa e o Sindicato dos Bancários sempre defendeu essa posição", observou.

O Sr Alencar Furtado, que foi cassado em 1975 quando exercia a liderança do extinto MBD e que presidiu a CPI da Câmara sobre as multinacionais, endossou a posição do ex-Governador gaúcho, argumentando que a medida poderia ser estendida a outros setores de atividades básicas: "Mas duvido que seja colocada em prática uma medida nacionalista, como a proposta pelo Governador Brizola."

Leia editorial
"Revisão de Riscos"